

RACHEL RAMOS PEDRO

FAMÍLIA E ESCOLA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

Rio de Janeiro
2004

Rachel Ramos Pedro

FAMÍLIA E ESCOLA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia do Centro Ciências Humanas da UNI-RIO, como requisito para obtenção do Grau de Licenciando orientado pela professora Maria Elena Viana Souza.

Rio de Janeiro
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
CURSO DE PEDAGOGIA
Rachel Ramos Pedro

FAMÍLIA E ESCOLA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

Trabalho apresentado à disciplina Monografia II,
como requisito de avaliação orientado pela
professora Maria Elena Viana Souza.

Rio de Janeiro
2004

DEDICATÓRIA

A Deus pela força.

Aos meus pais e minha irmã, que sempre me apoiaram e deram força em todos os momentos de minha vida, enfatizando a importância de uma verdadeira família.

AGRADECIMENTOS

À Prof. Maria Elena Viana Souza, minha orientadora, sem cuja excepcional colaboração, este estudo não teria sido elaborado.

Ao meu noivo, que sempre me apoiou e me ajudou cedendo gentilmente um pouco do seu tempo em benefício dessa graduação.

Especialmente a minha família, que sempre demonstraram a sua dedicação e seu amor por mim, incentivando-me assim a buscar sempre o melhor dos meus esforços para cada vez mais abraçar essa minha profissão.

EPÍGRAFE

Que a família comece e termine sabendo onde vai e que o homem carregue nos ombros a graça de um pai; que a mulher seja um céu de ternura, aconchego e calor, e que os filhos conheçam a força que brota do amor.

Pe. Zezinho

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar o papel da família e da escola, para poder analisar a relação entre ambas as partes. Como veículo de transmissão do saber, a família e a escola são duas instituições sociais que zelam pelos mesmos objetivos: formar indivíduos cidadãos. Muitas mudanças ocorreram na estrutura familiar, e essa variedade de organização familiar criam novas demandas sobre a escola que, por consequência, surgem novas formas de relacionamento entre família e a escola. A dificuldade atualmente da escola é de se acostumar e saber lidar com os novos padrões familiares. Afinal, muitos pais demandam da escola algumas questões específicas e querem ter respostas para resolver determinado problema que se apresentam para eles e que envolvem seus filhos, delegando assim a função de educar à escola. Logo, esses pais transferem totalmente a responsabilidade da educação, que não é só dever do Estado de promovê-la, mas também da família, resultando numa baixa qualidade de ensino. O procedimento metodológico adotado foi uma pesquisa bibliográfica em que foram analisados estudiosos de grande importância para o tema: Ariès (1981), Dias (1992), Gabotti (2003), Zagury (2002), Coll, Mestres, Goñi e Callart (1999) e outros. Conclui-se que entre a família e a escola podem ser estabelecidas relações harmoniosas, cada uma assumindo suas funções e buscando uma comunhão entre ambas, para o sucesso do educando. Portanto, deve haver uma parceria, com participação efetiva da família na escola, respeito mútuo, apoio entre ambas e desenvolvimento de projetos e valores morais definidos conjuntamente.

PALAVRAS-CHAVE: família; escola; relação família-escola.

*relações meca-
nós harmoni-
cias se
este é o
resultado conferido
ao termo
harmoniosa*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – A Família	10
CAPÍTULO II – A Aprendizagem no Seio Familiar	16
Idéias dos pais sobre a educação de seus filhos	17
CAPÍTULO III – A Escola	23
A função social da escola	26
Escola e cultura	29
CAPÍTULO IV – Escola e Família: relações possíveis	32
Os Pais em relação à Escola	34
Participação dos Pais e Professores na Ação Educativa	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
BIBLIOGRAFIA	41

INTRODUÇÃO

Atualmente, existem muitas e inúmeras formas de estrutura familiar, uma infinidade de tipos que a cultura e os novos padrões de relação humanas vão produzindo. Além desse fato, a família é transmissora de valores ideológicos e com a escola tornam-se importantes instituições sociais, permitindo que a criança humanize-se, cultive-se e socialize-se.

É na família onde se inicia a educação de um indivíduo, a partir da criação e das condutas e valores relevantes para o grupo. É nela, também, onde ocorre os primeiros aprendizados dos hábitos e costumes da cultura vigente. A família é como um alicerce para qualquer pessoa; ela é tão importante que na sua ausência, a criança precisará de uma família substituta ou então precisará ser abrigada em alguma instituição, que exerça as funções materna e paterna para a mesma.

Sendo assim, na escola as crianças aprendem os conhecimentos básicos, assimila as regras sociais, os valores morais coletivos, os modelos de comportamento considerados adequados pela sociedade, além de ser um local onde há uma intensidade de relações com outras pessoas diferentes.

O objetivo deste trabalho foi analisar a constituição e as características da família e da escola, para uma melhor reflexão do papel da família na educação de ser humano e início da vida em sociedade, na busca de qualidade, em interação com a escola e com o que esta lhe oferece. E principalmente, analisar a relação entre escola e família. Afinal, a principal problematização deste trabalho constituiu-se em indagar que relações podem ser estabelecidas entre família e a escola. →

Essa análise foi norteadada por algumas questões de estudo: Qual a função da família e da escola? Como ambas vêm se formando e que valores nelas são trabalhados? Qual a

influência da sociedade? Qual a contribuição da família para aprendizagem dos filhos? Que práticas educativas acontecem no seio familiar? Que relações podem ser estabelecidas entre estas?

O estudo foi feito através de uma pesquisa bibliográfica em que foram analisados estudiosos de grande importância para o tema. Dentre eles: Ariès (1981) que nos informa que a família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas; Dias (1992) que tem a concepção de que a família se transforma na estrutura básica de formação de pessoas, da qual nenhum ser humano pode se abster. Defende a idéia de que é dentro dela que se forma a personalidade das pessoas e se desenvolvem a vida e a morte, compreendido no âmbito do cotidiano como um processo contínuo; Gadotti (2003) que afirma que educar significa capacitar, potencializar, para que o educando seja capaz de buscar a respostas do que pergunta, significa formar para a autonomia; Zagury (2002) em que a escola é uma instituição de ensino e de formação tal qual a família; Coll, Mestres, Goñi e Callart (1999) postulam que pode-se considerar a família como um sistema em que as ações e as atitudes de cada membro afetam os outros e vice-versa.

A família como uma instituição social passa por diversas modificações, e ainda se encontra em transição, pois novas composições familiares estão se formando. A partir dessa nova demanda, surge a necessidade de mudanças na postura da escola.

Portanto, conclui-se que entre a família e a escola podem ser estabelecidas relações estáveis, de profunda importância para o desenvolvimento do indivíduo. Tendo isso em vista, a escola pode atuar na educação de seus alunos, em sua formação e aquisição de valores humanos e éticos, interagindo com a família, procurando manter um contato eficaz e produtivo. Assim, cabe à escola proporcionar um diálogo que possa envolver a família no processo educacional. Tudo isso em prol de uma comunhão da família com a escola.

CAPÍTULO I

A FAMÍLIA

O termo família, segundo o dicionário Aurélio significa pessoas aparentadas que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos; pessoas do mesmo sangue ou comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial, e pelos filhos nascidos dessa união.

Atualmente, o significado mais completo é o de que a família é um grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consangüíneos uns dos outros ou por descendentes de um tronco ancestral comum (filiação natural) e estranhos admitidos por adoção. Como podemos perceber, o conceito de família vem se modificando. Ele passa a se distanciar das relações biológicas, se tornando algo mais subjetivo dependendo da perspectiva do sujeito em questão. Com isso, a família vem vivenciando diversas composições, pois hoje em dia, o que liga uma pessoa à outra, na família, são os laços de parentesco ou afinidade.

Assim, surge o nascimento da família que, na maioria das vezes, para os casais, só passa a ter importância quando nasce ou adota-se o primeiro filho, pois antes esse nome “família”, provavelmente identificava a família de origem de cada um deles.

A concepção de família que temos atualmente é uma construção historicamente recente: surgiu no século XIX a partir da Revolução Industrial, época onde ocorreram muitas mudanças na sociedade. Com essas transformações no setor de produção, a família passou a ter menos convívio com a comunidade e se fechar numa unidade pai, mãe e filhos, numa “família nuclear”. Logo, a responsabilidade da educação do filho passou a ser dos pais.

Na Idade Média não existia a família nuclear. Nesta época, havia uma taxa de mortalidade infantil muito grande, pois a medicina era pouco desenvolvida, portanto, a morte

era algo mais comum. Quando a criança não morria e atingia uma certa idade, ia morar em outra casa que não era a de sua família. Assim, a família não tinha como objetivo educar as crianças. Isso se dava com o convívio na comunidade em geral. O objetivo maior era a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a proteção de suas vidas e da honra. A criança neste tempo era vista com um adulto em miniatura. Ela ajudava nas atividades dos adultos, pois, acreditavam que a criança tinha a mesma lógica que o adulto.

No século XIX, a família passou a dar um maior enfoque à criança (filho), interessando-se mais pela sua educação. Os objetivos principais dos adultos passaram a ser a família e a profissão, acabando com a vida comunitária.

Esses modelos de família apresentados são da história da sociedade européia, da qual muitos descendem. Portanto, existem muitas outras formas de composições de famílias como, por exemplo, as sociedades tribais e os esquimós que têm costumes diferentes.

A família brasileira teve muitas influências da Europa e da África, países dos quais grande parte da população descende. Logo, a família do tipo nuclear, vem a ser “família patriarcal”, de acordo com os padrões culturais portugueses. Esse tipo de família predominou até a década de 1960. Nela, o chefe da casa é o patriarca, autoridade masculina onde os demais membros devem respeitar e é responsável pela subsistência de todos. A mulher, nesta época, não tinha muitos direitos. Só tinha a função de educar os filhos e de cumprir com suas tarefas domésticas.

Com a industrialização, abre-se um espaço para a mulher no mercado de trabalho e os casamentos passaram a ser realizados por vontade individuais, gerando uma maior intimidade e diminuindo os castigos corporais.

Em seguida, veio o movimento feminista com o objetivo de acabar com o modelo patriarcal de família, no qual a mulher não tinha direitos. A partir disto, passaram a existir os

valores tradicionais e os valores modernos e, até hoje, a família brasileira vem passando por sensíveis mudanças.

Segundo Maria Luiza Dias (1992), o desenvolvimento industrial, a urbanização, as correntes migratórias, as alterações na divisão sexual do trabalho e o surgimento de uma nova moral sexual seriam responsáveis por essas mudanças. Isso acaba gerando diferentes estruturas familiares que estão coexistindo em nossa sociedade.

Existem várias formas de estruturas familiares que vêm sendo produzidas pelos novos padrões de relações humanas e foi através de diversificadas formas de organização familiar que chegamos ao modelo de estrutura atual. Podem ser citadas: a família consanguínea formada pelo casamento de irmãs e irmãos carnais e colaterais; a família punaluna que se forma pelo casamento de várias irmãs com os maridos de cada uma das outras e vice-versa; a família sindiásmica constituída através do casamento sem a obrigação do casal morar juntos; a família patriarcal que é formada pelo casamento de um homem com várias mulheres; e a família monogâmica que se forma pelo casamento de duas pessoas, com a garantia de descendência por consangüinidade e da propriedade privada. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

A família tem como uma das funções socializar a criança, isto é, por intermédio da família, o indivíduo se introduz na sociedade. E esta oferece e ensina os modelos de comportamento adotados em sua cultura. Com isso, o indivíduo incorpora os padrões sociais de sua cultura e aprende a conviver com as demais pessoas.

Neste sentido, a família deve funcionar como uma “estrutura única”, que possui regras e reproduz padrões da cultura vigente, padrões que orientam o indivíduo na sua vida em sociedade. Sendo assim, no relacionamento entre crianças e os pais, os pais são como uma “figura modelo”. Portanto, esta relação estabelece modelos que são transmitidos para os relacionamentos futuros daquela criança. Logo, segundo Maria Luiza Dias (1992),

A família funciona como o “microcosmo” social onde a criança aprenderá as regras sociais essenciais a sua vida na sociedade mais ampla. Entenda-se “micro” no sentido de pequeno e “cosmo” significando espaço; ou seja, é o espaço social menor, onde a criança realizará o aprendizado básico para seu futuro ingresso na sociedade global – primeiro via escola, para depois ampliar a outros grupos sociais, educacionais e profissionais. (p.14).

A partir da convivência familiar, os pais vão apresentando modos de se relacionar e procuram uma melhor forma de apresentar como o mundo é visto por eles, e assim a criança começa a formar sua própria auto-imagem. Não podemos esquecer, que as crianças estão atentas em tudo, no que diz respeito aos relacionamentos que os pais têm com ela, com os outros e entre si.

Devo ressaltar a relação de complementaridade existente nesta convivência, pois toda experiência na família é compartilhada entre seus membros. Portanto, podemos observar que muitas vezes, quando alguém de uma determinada família, principalmente uma criança, não está bem na escola, parece que a dificuldade é só dela, mas não paramos para pensar que o problema pode ser de todos os membros desta. Pode ser o resultado de como a família se estruturou, logo, todos são responsáveis por tais dificuldades.

Um outro acontecimento que se reproduz no interior da família é a competição, que é gerada pelos sentimentos de exclusão e pela insegurança, isto é, os filhos não se sentem seguros de seu lugar e do amor que os pais têm por eles. Isso acontece muito na relação de irmãos que acham que são mais ou menos amados do que o outro irmão. Podemos notar este acontecimento, quando num par de filhos, os pais identificam um como o “bonzinho” que é o que mais se aproxima de um filho ideal e o “terrível” que é o que gosta de chamar a atenção dos pais fazendo travessuras, pois ele não se sente capaz de superar o irmão “bonzinho”.

O filho terrível, geralmente, é cliente de psicólogos, pois sua agressividade não é canalizada como a do outro irmão, gerando assim um jogo, no qual um complementa o outro (irmãos). Os pais também fazem parte deste jogo porque não conseguem pará-lo e reparar as falhas e as potencialidades de cada um.

Sabendo que a sociedade não aceita falhas, o indivíduo que nela habita tem que ser ou tentar ser o melhor. Um modelo padrão que é passado pelos meios de comunicação. Esse fato acaba formando muitas pessoas exigentes com elas mesmas e com os outros, para poder fazer parte dessa sociedade competitiva.

A competição, o ciúme e a inveja são sentimentos que podemos encontrar na convivência familiar. Portanto, devemos saber administrar cada sentimento desse, isto é, devem ser vividos, reconhecidos e administrados pela família. Não adianta reprimir, abafar e deixar passar esses tipos de sentimentos como algo despercebido, pois se torna algo prejudicial. Esses sentimentos fazem parte do ambiente familiar e devem ser esclarecidos.

Como podemos perceber, a organização familiar foi se transformando no decorrer da história do homem e assim a família foi se organizando a partir das condições históricas e das mudanças sociais, para poder cumprir sua função social.

A instituição família desempenha um papel fundamental na transmissão de cultura, pois ela educa novas gerações a partir dos padrões dominantes. Sendo a família o primeiro grupo que intermídia o indivíduo com a sociedade, ela passa a ser uma forte transmissora de valores ideológicos.

Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão de cultura. Se as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e dos costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio são com ela disputados por outros grupos sociais, a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua acertadamente chamada de materna. Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico. (LACAN apud BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p.250-251)

A família vista como sistema possui funções psicossociais de proporcionar a adaptação de seus membros na cultura atual e de protegê-los. Proteção esta que vem a ser a garantia de condições dignas de subsistência. Quando não se consegue essa garantia, existem formas de intervir nessa situação, a partir de serviços de suporte e de assistência social ou pela tomada do pátrio-poder sobre o filho. Nesse caso, isso significa dizer que a família não conseguiu

garantir a integridade física e psíquica de seus filhos. Essa é uma das funções da família, e é muito importante também, pois não é só você querer um filho, há de se pensar nas condições de dar estabilidade para esta criança.

CAPÍTULO II

A APRENDIZAGEM NO SEIO FAMILIAR

Como já vimos, a família tem uma importante função que é a de contribuir para a socialização de seus filhos aos valores da nossa sociedade. Logo, podemos concluir que uma parte da aprendizagem de uma criança se dá no seio familiar, sendo esta a primeira apresentação do mundo do ponto de vista dos pais. Essas primeiras aprendizagens são fundamentais para as aprendizagens futuras, pois servem como base para formular algo mais complexo. É através das experiências vividas nas atividades cotidianas, realizadas no âmbito familiar, que a criança constrói conhecimentos sobre o mundo e como ter acesso a ele.

Neste sentido, a criança tem que viver uma interação bem estruturada, onde possa experimentar objetos sozinha ou com outras pessoas, participar de acontecimentos adequados em que ela possa atuar. Ao longo dessas experiências passam a conhecer e aprenderem valores de sua cultura, conceitos, hábitos etc.

Os pais devem proporcionar este tipo de ambiente, para que seus filhos aprendam como se relacionar e agir dentro de sua sociedade, além de aprenderem como podem aprender, sabendo que a aprendizagem começa a se manifestar através de perguntas, indagações e provocações, feitas pela criança. Além disto, os pais têm como tarefa: garantir que seus filhos consigam alcançar uma identidade completa, onde cada uma das partes de um todo se completam; ensinar a administrar sua relações humanas; propiciar práticas educativas em casa e estimular nas funções educativas da escola, dando-lhes auxílio.

Uma das aprendizagens que ocorre no seio familiar é a aprendizagem entre irmãos, na sua relação, isto é, uma aprendizagem entre iguais. Nela, podem ocorrer diversas aprendizagens como aprender a negociar ou encontrar estratégias de negociação para alcançar

algo. São situações como esta que contribuem na compreensão de algo, na resolução de conflitos e para gerar regras negociadas de comportamentos. Devo ressaltar, que nesta relação são experimentados vários sentimentos, e que também é uma relação impregnada de sentimentos intensos, podendo contribuir para o desenvolvimento emocional. Mas, às vezes são relações com muitos conflitos, o que pode se tornar algo complicado.

Sem dúvida, esta relação é muito rica, pois nela existe uma troca intensa de conhecimentos já adquiridos e o que se deseja aprender. Isto é, uma aprendizagem compartilhada, em que um aprende com o outro de acordo com suas necessidades. Mas para que esta situação siga por este caminho, depende muito do estilo educativo dos pais.

. Idéias dos pais sobre a educação de seus filhos

O desenvolvimento em relação à educação de uma criança se desenvolve de várias maneiras e a influência da família é um fato que deve ser destacado como mais importante do que várias outras influências, não querendo dizer que não haja ainda outras. As práticas educativas existentes na família é de primordial importância para tal. Sendo assim, dependendo de como foram exercidas tais práticas, as condições de outras práticas educativas, como as realizadas nas escolas, podem ser dificultadas.

Há várias maneiras de detectar as variáveis que incidem na interação entre pais e filhos, e é através dessas interações que podemos analisar suas dimensões:

- . A presença de dois progenitores em casa favorece relações mais estreitas do que as produzidas somente com os pais;
- . O número de filhos é inversamente proporcional à atenção e ao interesse que os pais podem dedicar a cada um;
- . Falar de questões pessoais é indicativo da atenção e do interesse dos pais dirigidos aos filhos.
- . A mãe trabalhando fora de casa antes que o filho vá à escola, reduz o tempo que pode dedicar a ele e o caráter fortemente vinculado que caracteriza essa relação;

. O interesse dos pais pela escolarização é um indicador de sua preocupação pelo presente e pelo futuro dos seus filhos. (COLEMAN apud SALVADOR; MESTRES; GOÑI; GALLART, 1999, p.165).

Esses exemplos permitem estabelecer as relações interativas nas famílias. Esses fatores que ocorrem na interação intercedem tanto na quantidade com também na qualidade da interação. As experiências educativas, que os pais oferecem aos filhos, diferem de família para família em relação a várias dimensões como o controle que os pais exercem sobre o comportamento dos filhos, pois, nem sempre os pais se comportam da mesma maneira, já que essa não é um relação mecânica.

O grau de controle que os pais exercem sobre o comportamento do filhos divergem quanto à prática educativa. Isso é importante para o desenvolvimento do indivíduo, e é diante da orientação e do controle do comportamento que aprende-se a controlar e regularizar a conduta humana de maneira autônoma. Quando os pais exercem um controle não exacerbado da conduta dos filhos, ajudam o filho a alcançar um autocontrole mais adequado.

Uma outra dimensão da prática educativa é o fato de proporcionar um ambiente comunicativo e é nele que as práticas educativas se diferem. Esse ambiente comunicativo, além de considerar a opinião dos outros, também possibilita a criação de uma dinâmica onde é possível explicar as normas e as decisões tomadas. Essa dinâmica é que possibilita compartilhar dilemas do cotidiano, além de propiciar as manifestações de diversos sentimentos.

Há vários tipos de famílias e, dependendo do grau de maturidade de cada criança, a exigência será maior, sem exageros, com valores e expectativas otimistas, principalmente, naquelas que têm confiança nos filhos, possibilitando, assim, contribuir muito para o seu desenvolvimento.

Não se pode estabelecer uma relação mecânica e sim expectativas elevadas ou baixas, dependendo da capacidade da criança. Sendo assim, as experiências mais nobres elevam as suas potencialidades, conduzindo para uma melhor autonomia pessoal.

O afeto existente nas relações entre pessoas é uma outra dimensão da prática educativa, afinal, não é a mesma coisa exercer o controle com firmeza num contexto afetuoso do que exercê-lo da mesma forma, num contexto distante e frio.

As experiências educativas, em suas dimensões e combinação, influenciam em algumas experiências que as crianças têm com suas famílias e que, naturalmente, influenciam no desenvolvimento, destacando-se as tendências e maneiras dos pais comportarem-se diante dos filhos. Sendo assim,

As práticas educativas que os pais estruturam comportam uma ou outra das seguintes combinações das dimensões comentadas:

. Práticas educativas em que se exerce um notável controle sobre a conduta dos filhos, em que há uma forte exigência de maturidade, em um ambiente pouco comunicativo e em que o afeto é pouco manifestado. Essas práticas refletem o estilo dos pais denominados autoritários, que tendem a fomentar nos filhos uma baixa auto-estima e uma dependência excessiva, acompanhado de sentimentos de tristeza e de infelicidade;

. Práticas educativas em que exerce pouco controle e há escassa exigência de maturidade, acompanhadas de um ambiente comunicativo e com elevadas manifestações de afeto. Essas práticas refletem o estilo dos pais denominados permissivos, e seus filhos costumam a ter baixa auto-estima e pouco controle sobre si próprio, além de uma certa imaturidade;

. Práticas educativas em que um elevado grau de controle e de exigência de maturidade combina-se com um ambiente bastante comunicativo afetuoso. Essas práticas refletem o estilo dos pais denominados democratas. Considera-se que favorecem a auto-estima dos filhos e que contribuem ao alcance de auto-regulação responsável. (SALVADOR; MESTRES; GOÑI; GALLART, 1999, p.166)

As classificações tendem a agrupar e estereotipar realidades muito variadas. É de máxima importância que os pais tenham conhecimentos sobre as dimensões presentes e uma interação de qualidade, quebrando os estereótipos, levando a consideração que o afeto e a comunicação não são opostos, mas, ajudam melhor a compreender as condições que contribuem para o melhor desenvolvimento das crianças na família.

Isso tudo possibilita o melhor aprendizado para conhecer o mundo e para nele participar, contribuindo com uma imagem positiva de si mesmo, como pessoa capaz de superar as dificuldades que surgirem pela vida e sobre outras pessoas, mostrando que são pessoas afetuosas e ajudando quando dela necessitarem.

QUADRO RESUMO - ENTIDADES

Mês abril

Dia	08	15	22	29
Atividade	Estudo exploratório do tema	Estudo exploratório do tema.	Estudo exploratório do tema.	Estudo exploratório do tema.
Professor	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>
Aluno				

Mês maio

Dia	06	13	20	27
Atividade	Elaboração inicial do capítulo I.	1ª revisão do capítulo I.	2ª revisão do capítulo I.	Elaboração inicial do capítulo II.
Professor	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>
Aluno				

Mês junho

Dia	03	10	17	24
Atividade	1ª revisão do capítulo II.	2ª revisão do capítulo II.	Elaboração inicial do capítulo III.	1ª revisão do capítulo III.
Professor	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>
Aluno				

Mês julho

Dia	01	08	15	22
Atividade	2ª revisão do capítulo IV.	Elaboração da introdução.	Revisão da introdução.	Elaboração da conclusão.
Professor	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>
Aluno				

Mês agosto

Dia	05	12	19	26
Atividade	Revisão da conclusão.	Elaboração do resumo.	Montagem final do trabalho.	Leitura e revisão do texto final.
Professor	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>
Aluno				

O fato dos pais oferecerem um ou outro tipo de experiência, é causado por diversos fatores e um deles pode ser em relação às diferenças entre os sexos dos filhos, pois existem estereótipos em torno das questões, que influenciam nas práticas educativas dos pais sobre ambos os gêneros. Também existem outros fatores, de caráter social e os relativos aos pais (características da personalidade, nível educativo, experiências prévias etc.).

As idéias dos pais em relação ao desenvolvimento dos filhos tendem a se aproximar dos seguintes modelos, segundo Triana apud Salvador, Mestres, Goñi, Gallart (1999):

. Há pais que consideram que a dotação genética é a maior responsável pela evolução dos seus filhos. Atribuem muita importância à saúde, à alimentação e à atividade física e têm uma concepção quase sempre passiva do seu papel com educadores. Na pesquisa que estamos comentando, os pais possuem baixa escolaridade e profissões pouco qualificadas;

. Outros pais consideram que a influência do meio é fundamental e sentem-se protagonistas e responsáveis pela educação dos seus filhos. Essas idéias podem estar matizadas por uma aceitação de limitações que pode ser imposta pela herança e pela consideração de que a criança, pelos seus próprios meios, também pode contribuir ao seu desenvolvimento. Em geral, trata-se de progenitores com elevado nível profissional e de estudo. (p. 167).

Dependendo do nível de estudos dos pais, podem exercer um papel mais, ou menos, importante no desenvolvimento de seus filhos e nas expectativas em relação ao que eles podem fazer. Sendo assim, pais com um nível de estudos mais alto são mais tolerantes em relação às condutas discordantes das normas e pais com um nível de estudos mais baixo já não seriam tão tolerantes.

Como consequência, três tipos de progenitores surgem, segundo Palacios, González e Moreno apud Salvador, Mestres, Goñi e Gallart (1999):

- Pais tradicionais – população de baixa renda e de baixa escolaridade, moradia na maior parte rural: não se interessam pelos aspectos psicológicos, em relação ao filho, nem pelo desenvolvimento e a educação dos mesmos, embora repreendam nas horas necessárias, tendo pouca influência no desenvolvimento dos seus filhos.

- Pais modernos – população de meios urbanos: pais de níveis elevados de escolaridade, interessam-se pelos aspectos psicológicos, considerando que o seu alto nível de informação influencia no crescimento dos seus filhos.
- Pais paradoxais – população em zonas rurais e urbanos: escolaridade predomina tanto com alta ou com baixo nível de escolaridade e profissão. Se caracterizam por algumas idéias pouco consistente, aproximando-se dos modernos. Às vezes, defendem idéias diferentes de ambos.

A importância das interações sociais no desenvolvimento e o papel das idéias dos pais sobre o desenvolvimento e a educação da criança, seriam uma demonstração a mais de que a interação que se sujeita a certas características, não só estimula o desenvolvimento mas também a estrutura e o constrói ativamente.

A materialização de algumas idéias em uma prática coerente dependerá de numerosos fatores moduladores, relacionados as características tanto dos pais quanto dos filhos, contribuindo assim, de maneira muito ativa em seu desenvolvimento, colocando à disposição estas experiências, conduzindo para sua autonomia pessoal.

Ao analisar a coerência entre as representações educativas das mães e as condutas adotadas no cotidiano ao ensinar, segundo autores como Salvador, Mestres, Goñi e Gallart (1999), pode-se constatar os seguintes paradigmas:

1º paradigma: o racional- adota medidas controladoras, autoritárias e centradas na realização da criança, e utiliza uma gestão hierárquica ou impositiva da situação.

2º paradigma: o humanista- tem tendência de estimular a criança a encontrar, por ela mesma, as soluções, deixando ela mesma decidir, em uma gestão mais próximo à autogestão.

3º paradigma: o simbio-sinético- compartilha as decisões entre as crianças e atuam com reciprocidade. São mães que, fundamentalmente, co-gestionam a situação com seus filhos.

Esses resultados obtidos permitem falar de coerência entre as condutas que seria possível esperar das mães, segundo as idéias educativas, e aquilo que efetivamente acaba acontecendo na situação de ensino observado: um certo desvio entre idéias e as práticas educativas que estruturam a vida cotidiana. As relações entre as idéias e a prática educativa estão longe de ser diretas, como acontece também no âmbito da educação escolar.

As intervenções geradoras de desenvolvimento são aquelas que se mostram contingentes com as capacidades das pessoas e que as fazem ir mais além do seu estado atual. “A análise microgenética das interações progenitoras/filhos deve complementar os dados existentes hoje, de categoria mais “macro”, sobre as características globais das práticas educativas”. (Salvador; Mestres; Goñi; Gallart, 1999, p.169).

Sem dúvida, os pais que sintonizam o afeto e o controle racional perante o comportamento de seus filhos, considerando a participação das crianças nas tomadas de decisões, proporcionando um ambiente comunicativo, são os que têm mais resultados positivos sobre o desenvolvimento de seu filho.

O recurso que os pais utilizam ao controlar a conduta de seus filhos, ajuda-os a enfrentar os critérios de juízo moral, contribuindo assim para o autocontrole de sua própria conduta.

Enfim, os pais devem favorecer aos filhos um ambiente comunicativo, afetuoso, onde podem encontrar normas estáveis e onde possam participar de fatos que exigem padrões de conduta mais complexos. Essa participação dos pais permitirá que seus filhos cresçam, atingindo assim sua independência e o autocontrole.

CAPÍTULO III

A ESCOLA

A escola é uma instituição social que trabalha mediando o indivíduo à sociedade. Nesta mediação, a escola transmite a cultura vigente, valores morais, conhecimentos básicos e modelos de comportamento adequados para a sociedade. Sem dúvida, a escola é um meio que utilizamos para essa transmissão.

A escola estabelece, assim, uma mediação entre criança (ou jovem) e a sociedade que é técnica (enquanto aprendizado das técnicas de base, como a leitura, a escrita, o cálculo, as técnicas corporais e musicais etc.) e social (enquanto aprendizado de valores, de idéias e modelos de comportamento). Aprender esses elementos sempre foi necessário. A escola é a forma moderna de operar essa transmissão. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p.263).

A instituição escola é algo que foi construído socialmente pelo homem, de acordo com suas necessidades. Assim, quando a sociedade se depara com alguma mudança social ou tecnológica, de imediato surgem novas atribuições para a escola que passa a ter que rever sua função social.

Como vimos no capítulo anterior, o contexto educativo ao qual a criança tinha acesso era o meio social em que vivia, isto é, o seu contexto educativo era a convivência no cotidiano do seu grupo social. Nesse cotidiano, as crianças aprendiam fazendo, a partir das experiências transmitidas pelos adultos. Isto era o que significava o educar, pois não havia uma instituição própria para tais tarefas. Devo ressaltar, que com a produção agrária o jovem logo aprendia a exercer o trabalho agrário, pois não precisava de instrumentos sofisticados e nem de alta tecnologia.

Na Idade Média, a educação passou a ser especialidade da escola que transmitia o saber e os valores das classes dominantes. Era uma instituição especializada que só atendia certas pessoas. Nesta época a escola atendia às elites, ensinando atividades que os grupos dominantes exerciam. Como afirmam Bock, Furtado e Teixeira (1999, p.262) “...isso fez da escola ora lugar de aprendizado da guerra, ora das atividades cavaleiras, ora do saber intelectual humanístico ou religioso”.

Com o passar do tempo, a escola passou a atender todas as crianças, pois atravessou diversas transformações que favoreceu a sua universalização. Uma mudança que contribuiu bastante nesta universalização, foi a industrialização. Com a industrialização, o trabalho passou a ocupar o espaço público e deixou de ocupar o espaço da casa. Com isso, a família não tinha mais condições e/ou tempo de educar seus filhos para a vida social e o trabalho. Logo surgiu a necessidade da existência de uma instituição que soubesse educar para as novas exigências que o trabalho cobrava. Exigências estas que a família não tinha conhecimento e experiência, por ser algo novo em suas vidas. Nesta fase, o trabalhador precisava de uma maior aprendizagem para manusear as máquinas, e para se manter atualizado diante de tal tecnologia. Sem falar na especialização de cada trabalhador que a produção em série acaba gerando.

Neste contexto, com o surgimento de novas tecnologias no trabalho, a escola passou a ter sua importância no que diz respeito a sua função, pois teve que se especializar para corresponder a demanda ocorrida pelas mudanças tecnológicas do trabalho, que eram até então desconhecidas. Tendo em vista, essas novas exigências de aprendizagem, a classe trabalhadora “a desfavorecida”, passou a exigir que seus filhos tivessem acesso aos conhecimentos e à cultura das classes dominantes. Esse foi um grande fator que contribuiu para a universalização da escola. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Atualmente, com as diversas transformações na tecnologia e meios de comunicação, o trabalho se encontra num período menos previsível. Essas mudanças vêm modificando não só o trabalho como também a vida privada e a sociedade como um todo. O trabalhador, nesta fase, necessita de constantes avanços em seus conhecimentos não só específicos como também os gerais. Portanto, pensar na escola neste momento onde os conhecimentos circulam através dos meios de comunicação tradicionais e pelo computador ou melhor dizendo pela internet, é pensar nas relações possíveis com esses meios de comunicação e seus equipamentos.

Ao questionar a ação da escola em relação ao progresso da ciência e da tecnologia, a renovação é cada vez mais rápida e esta não é apenas uma maneira de transcendência diante das exigências geradas pelo mercado de trabalho, mas também uma forma de apropriar-se do material cognitivo e simbólico produzido pela sociedade.

Diante da modernidade, é grande o desafio da escola. A escola deve incorporar criticamente os meios de comunicação atual fazendo uma revisão consciente da eficiência de um tipo de prática pedagógica que traz formas necessárias de um meio de comunicação entre família e escola. Mas sem ignorar que, embora legítima, esta nova forma que se apresenta com o avanço na tecnologia e na ciência, não substitui a presença física dos pais à escola, que é de grande importância para a manutenção dos laços afetivos familiares.

Com isso, apesar de muitas pessoas ainda não terem acesso a esses meios de comunicação, os profissionais da educação precisam conhecer essa nova fonte de conhecimento, pois são outras alternativas além da escola. Devo ressaltar que a pessoa que não tem noção desse movimento se encontra em desvantagem perante aos que têm.

Nesta sociedade, na qual a criação de novos conhecimentos se vinculam com tanta velocidade, é exigido o diploma, o domínio de novas tecnologia e de equipamentos avançados e a

superioridade do seu saber. Em suma, no momento atual necessitamos de uma escola que reveja o já sabido, que o reorganize e que esteja sempre atualizada para a formação de novos cidadãos.

A escola representa a “instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado” (Penin; Vieira, 2001, p.17). Assim, sua função social está relacionada aos diversos períodos da história, pois cada humanidade cria sua forma de educação e de escolarização. Apesar de haver mudanças conforme o tempo, alguns elementos ainda continuam presentes nesse processo de transmissão de conhecimentos.

. A função social da escola

A educação para todos começa a surgir através de movimentos que contribuíram para o rompimento com as formas de organização social anteriores para lutar pela democratização da educação. Até hoje, esta questão ainda está em pauta, pois, uma grande parte de população não tem acesso a escola. Nesse sentido, a escola possui uma função social excludente por causa de um demanda grande de analfabetos.

Esse direito da educação para todos foi instituído na Constituição de 1988 e na atual LDB, tendo como dever o Estado e a família de promovê-la. Assim o objetivo da educação é o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Constituição, art.205, e LDB, art.2º).

Foi a partir do século XX que a escola se expandiu e passou por uma grande agitação no sentido educacional. Nesta época, surge um dos mais importantes movimentos da educação brasileira, que é o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Manifesto este, que defendia a educação pública, gratuita e laica para todos, além de discutir a função social da escola.

O papel da escola na vida e a sua função social ... a escola, campo específico de educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas “uma instituição social, um órgão feliz e vivo, no conjunto das instituições necessárias à vida, o lugar onde vivem a crença, a adolescência e a mocidade, de conformidade com os interesses e as alegrias profundas de sua natureza (...)” Dessa concepção positiva da escola, como uma instituição social, limitada na sua acção educativa, pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades, resulta a necessidade de reorganizá-la, como um organismo malleavel e vivo, aparelhado de um systema de instituições susceptíveis de lhe alargar os limites e o raio de acção (...) Cada escola, seja qual fôr o seu gráo, dos jardins às universidades, deve, pois reunir em torno de si as familias dos alimnos, estimulando as iniciativas dos paes em favor da educação; constituindo sociedades de ex-alumnos que mantenham relação constante com as escolas; utilizando, em seu proveito, os valiosos e multiplos elementos materiais e espirituaes da collectividade e despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espirito de cooperação social entre os paes, os professores, a imprensa e todas as demais instituições directamente interessadas na obra da educação (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, irr. GHIRALDELLI JR., 1990, p. 74-75).

Com o tempo ocorrem muitas reformas, e em 1961 é aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 4024/61), que vem definir a organização escolar, que com o tempo passa por reformas. Diante dessas reformas surge uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96), lei esta que serviu de base para a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF – Lei 9.424/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE). A LDB de 1996 reza as atribuições da escola que são:

- I. elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II. administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV. velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V. prover meios para a recuperação de alunos de menor rendimento;
- VI. articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII. informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (LDB, art. 12).

Mas, não se pode esquecer que a LDB prevê a flexibilidade, no sentido da organização escolar atender às necessidades do processo de aprendizagem e as especificidade em geral que envolvam sua clientela. Isto quer dizer que cada unidade poderá ter suas próprias características. Para que haja uma melhor trajetória de formação, não depende só de estar posto nas Diretrizes, mas sim a ação dos agentes escolares estarem comprometidos com essa trajetória.

Sem dúvida, devemos pensar sobre a função da escola, tendo em vista a legislação porque nela que estão definidos os fins da educação brasileira. Mas isso não quer dizer que a legislação não tenha seus prós e contras.

Ao falar sobre a influência da sociedade, podemos perceber que na realidade atual que se vive, uns dependem dos outros, isto é, existe uma dependência entre países, entre alguns indivíduos e outros, em torno do conhecimento.

Esta dependência ultimamente vem crescendo devido aos meios de comunicação e pela tecnologia da informática que propaga com rapidez os conhecimentos criando outros. Tendo em vista que o conhecimento tem ocupado um lugar especial, hoje muitos pais procuram diversas formas de proporcionar uma educação permanente.

A escola exerce uma função importante no contexto democrático, que assegura a todos a “igualdade de condições para o acesso a permanência na escola” (LDB, art. 3º, I). Sendo assim, “a democracia se expressa com valor e como processo. Ou seja, de um lado, afirma ideais, intenções e desejos – aquilo que se quer – de outro, requer formas de manifestação que a concretizem – aquilo que se pratica” (Penin; Vieira, 2001, p.31). Conseqüentemente, a escola é um lugar privilegiado para o exercício da democracia como valor e processo, pois nela se desenvolve um trabalho no qual se assegura a relação entre os sujeitos individuais e coletivos. Logo, a escola não tem só como “função de socializar o saber sistematizado, mas também ensinar

a convivência democrática, o respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos” (Penin; Vieira, 2001, p.33). É na escola que se inicia essa aprendizagem.

. Escola e cultura

Devo ressaltar que é na cultura, que cada grupo produz suas próprias características, exercendo influências sobre uma pessoa ou por grupos de pessoas. Essas influências que são recebidas estão disponíveis na sociedade, ligadas às instituições em geral, até com a vida cotidiana. Assim se formam vários modos de vida dentro de uma sociedade. Isso não quer dizer que essas culturas específicas não tenham algo em comum, mas, “...sempre se encontrará divergências tensões no interior de qualquer cultura. São essas divergências e tensões que mantêm em movimento as sociedades e a cultura que nelas se desenvolve” (Penin; Vieira, 2001, p.33).

Partindo do pressuposto “de que a influência da cultura geral sobre as pessoas e as instituições não se dá de maneira determinística, de cima para baixo, mas de forma interativa, como uma via de mão dupla” (Penin; Vieira, 2001, p.33), é na vivência do cotidiano que vão se formando grupos, o qual produzem novas forma de vida e conseqüentemente estão reconstruindo a cultura geral. Neste sentido, vivemos em constantes influências culturais, tanto nos aspectos resultantes da cultural geral quanto na realidade em que se vive a cultura específica.

Pensando na escola, podemos perceber que ela também tem uma função muito importante porque ela é lugar onde se cria uma cultura. Portanto, ela tem um duplo papel: de formar o indivíduo e de formar uma cultura que vem a influenciar a cultura da sociedade global.

Na escola se constrói saberes e valores, logo ela é de extrema importância ao demonstrar os valores, as posturas, as ações, as crenças e os saberes que serão usados na construção de uma

cultura específica. Mas, a cultura escolar não é algo contínuo, portanto, às vezes temos que modificá-la para outra direção.

Uma das funções da escola está relacionada com a autonomia. A autonomia vem a ser a capacidade de auto realizar-se, isto é, auto construção e autogoverno. Além disso, formar para a autonomia é capacitar o educando a buscar respostas para suas perguntas. “A escola autônoma seria aquela que se autogoverna. Mas não existe uma autonomia absoluta. Ela sempre está condicionada pelas circunstâncias, portanto a autonomia será sempre relativa e determinada historicamente” (Gadotti, 2003, p.10).

Sendo assim, não existe uma autonomia já acabada, pois é algo que se encontra sempre num processo inacabado, como a liberdade. Autonomia esta, que estamos sempre buscando, mas é difícil alcançá-la definitivamente. Pode-se até dizer que dificilmente iremos alcançar. Por isso que a idéia de autonomia está sempre vinculada com a idéia de liberdade.

Com o surgimento da Escola Nova, a autonomia na escola passa a ser exaltada, sendo entendida como a autogoverno dos estudantes. Nesse movimento, a autonomia era uma fator de desenvolvimento pessoal e não de mudança social.

No decorrer do tempo, muitos conceitos surgiram, e em 1991 o professor José Carlos de Araujo Melchior relatou que a autonomia da escola pode ser vista a partir das seguintes perspectivas:

- 1º) como autonomia filosófica que refere-se à capacidade de estabelecer valores que são transformados em fins e objetivos;
 - 2º) como autonomia política, entendida como autonomia frente à política educacional;
 - 3º) como autonomia administrativa na forma de operacionalizar objetivos político-filosóficos;
 - 4º) como autonomia pedagógica que se refere à sua capacidade de definir o currículo da escola; e, finalmente,
 - 5º) como autonomia didática em relação às atividades de ensino-aprendizagem.
- (MELCHIOR apud GADOTTI, 2003, p.45)

Atualmente, podemos constatar que o tema autonomia vem freqüentemente aparecendo nos discursos pedagógicos e nas reformas educacionais. Com isso, a luta pela autonomia da escola consiste numa luta em busca de autogovernar-se.

A luta pela autonomia da escola insere-se numa luta maior pela autonomia no seio da própria sociedade, portanto é uma luta dentro do instituído, contra o instituído, para instituir outra coisa. A eficácia dessa luta depende muito da ousadia de cada escola em experimentar o novo e não apenas de pensá-lo. Mas para isso é preciso percorrer um logo caminho de construção da confiança na escola e na capacidade dela resolver seus problemas por ela mesma, de se autogovernar.

Escola autônoma e lutar por ela é dar um sentido novo à função social da escola e do educador que não se considera um mero cão de guarda de um sistema iníquo e imutável, mas se sente responsável também por um futuro possível com equidade. (GADOTTI, 2003, p.48)

Em suma, a autonomia surge para se opor as relações autoritárias existentes, desenvolvendo novas relações sociais diferentes dessas, na qual admite as diferenças, rompendo com programas centralizadores. Sendo assim, a escola autônoma mantém um constante contato com a sociedade, mas que com ela se projete uma outra sociedade.

CAPÍTULO IV

ESCOLA E FAMÍLIA: RELAÇÕES POSSÍVEIS

O desenvolvimento da criança é um processo que envolve dois importantes contextos: a escola e a família.

Todos os dois compartilham muitas funções educativas que buscam a socialização em determinados valores, a promoção das capacidades cognitivas, motoras, de equilíbrio pessoal, de relação interpessoal e de inserção social, e compartilham, também, o cuidado e o bem-estar físico e psíquico, não perdendo de vista que ambos têm a responsabilidade de apoiar o que é feito no outro contexto e favorecer o desenvolvimento da criança. (BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ, 1999, p.283).

Família e Escola são duas instituições que preparam um certo indivíduo para sua inserção na futura sociedade e para desempenhar funções que possibilitem a convivência na vida social. Dessa forma, elas desempenham um papel de grande importância que é a formação do indivíduo e futuro cidadão. Assim, cabe à escola uma especialidade que é ensinar conteúdos de algumas áreas do conhecimento que são fundamentais para o saber de novas gerações. Essas instituições são os primeiros grupos com os quais o indivíduo habita, tendo cada uma suas regras, costumes, linguagem e valores.

É claro que a escola e a família são contextos diferentes que proporcionam várias relações. Logo, podemos constatar aqui sua potencialidade e sua riqueza. Em ambas as partes acontecem situações parecidas, mas a entrada da criança na escola representa uma importantíssima ampliação no meio em que a criança interage. E é através dessa ampliação que a criança passa a ter novas relações, novos conhecimentos e etc. Devo ressaltar que na relação família-escola, a ação educativa é uma questão de destaque e é nela que os membros relacionados se diferem.

Ao falarmos da necessidade de uma relação entre a escola e a família, devemos relevar a convivência do conhecimento mútuo e a possibilidade de compartilhar critérios educativos

que possam eliminar as diferenças dos contextos relacionados. Diferenças essas que nem sempre são do mesmo grau, pois, há diversas variáveis para que as perspectivas educacionais da família e da escola se mantenham mais ou menos próximas. Nas palavras de Bassedas, Huguet e Solé (1999), “depende do grau em que os progenitores puderam procurar e selecionar o lugar que lhes pareça mais adequado às suas idéias e expectativas; depende também do grau em que as escolas se abram e mostrem-se como são”.(p.283).

Uma das mudanças mais recentes que com o decorrer do tempo tem afetado a educação é a abertura da escola ao mundo externo. Porém, existem outros lugares de aprendizagem sem ser na vida escolar; lugares onde podemos estabelecer trocas como no encontro, na convivência com outras pessoas, isto é, na socialização como um todo.

A partir disso, podemos dizer que a escola procura novos contatos que antes não existiam, para alcançar uma educação em que haja uma ação social coletiva. Assim, a escola não se limita somente ao contexto em que ela se insere, e sim a um contexto coletivo social, daí a importância do contexto familiar.

Ao se aprofundar mais na relação escola/família, podemos constatar que a família faz parte da comunidade escolar, mas, de uma maneira diferente, no qual os interesses em comum é que são o elo desta relação. Principalmente os interesses ligados ao conhecimento.

Um outro fator importante nessa relação é que ambas podem usar a mesma linguagem, podem saber os valores e os conceitos exercidos por cada uma delas. Para que isso se realize, deve haver um clima de respeito mútuo entre as partes envolvidas, havendo uma confiança e aceitação das peculiaridades no exercício do papel e do domínio de cada uma. Mas, como não existem duas famílias iguais, também não existem partes independentes nessa relação.

Sem sombra de dúvidas, nessa parceria da escola com a família é preciso haver um relacionamento maravilhoso onde haja confiança mútua. Afinal, as duas instituições zelam e têm como objetivo algo em comum que é “a formação integral das novas gerações, seja do

ponto de vista cultural e de saber, seja do ponto de vista da formação pessoal, da ética, da cidadania” (Zagury, 2002, p.13). Portanto, devemos resguardar esse precioso relacionamento e se caso houver alguma turbulência, devemos buscar o porquê da existência de tal dificuldade e as razões que geram certos tipos de postura. Em seguida, resolver tais dificuldades que muitas das vezes surgem pelas informações infundadas e alimentadas pela insegurança que as relações sociais acabam gerando. Enfim, não podemos deixar florescer a desconfiança no relacionamento de ambas as partes. Precisamos considerar a seguinte questão: “se a escola não é ainda hoje aquela ideal, por outro lado, é ainda o único lugar em que nossos filhos encontram pessoas que dedicam suas vidas – assim como nós, pais – à formação das novas gerações” (Zagury, 2002, p.13).

. Os Pais¹ Em Relação à Escola

Sem dúvida, existem situações em que os pais atrapalham o trabalho da escola. É claro que têm aqueles que colaboram com os objetivos da escola, mas outros interferem nesses objetivos. Logicamente, não visando atrapalhar o bom resultado do trabalho da escola, isso ocorre às vezes inconscientemente, pois eles acham que estão agindo de maneira correta. Conseqüentemente, esse fato gera problemas aos seus filhos. Portanto, nessa relação entre família e escola devemos levar em consideração as seguintes questões:

- 1) Não confundir proteção com superproteção, procurando não se deixar levar pela emoção, porque muitas queixas são inconsistentes ou exageradas. Deve-se analisar os fatos, para saber se realmente a criança precisa de ajuda.
- 2) É raro uma boa escola cometer loucuras, portanto antes dos pais tomarem alguma decisão devem analisar bem a situação para que não se arrependam futuramente.

¹ São aqui considerados “pais” todos aqueles – homens e mulheres, jovens, idosos(as) – que educam e criam seus filhos.

- 3) Todos nós cometemos erros, afinal ninguém é perfeito. Nem sempre a criança se privará de problemas. Deve-se deixar ela atuar frente a esses problemas que surgem no cotidiano. Só deve haver interferências se caso houver alguma coisa séria que ela não consiga resolver.
- 4) Devem ser levadas em consideração as fases nas quais a criança encontra-se contaminada pelas emoções e pela raiva de algo em relação à escola. Principalmente, se for algo que a ameace, como perder as férias.
- 5) Os pais não devem se mobilizar tanto por tudo que seu filho contar, pois podem tomar atitudes sem pensar que influenciarão no desempenho escolar do filho. (ZAGURY, 2002).

A escola e a família são duas instituições com poder educacional e uma serve de base para outra, alimentando-se mutuamente. Mas atualmente, podemos ver que essa harmonia está um pouco abalada porque muitos pais estão inseguros perante tudo e todos em relação à escola. Isso acaba abalando a relação de confiança que é benéfica para os filhos. Sem falar, que isso mexe com a auto-estima da criança, que acaba ficando também insegura.

Os pais podem adotar dois tipos de atitude perante a escola. A primeira é desconfiar do trabalho docente. Eles consideram a escola “errada” ou então que não agiu de maneira correta com seus filhos. Já a outra atitude, refere-se ao pai que acredita que sua função é somente matricular o filho em alguma escola. São conhecidos como pais ausentes, pois, afinal, eles não participam das atividades propostas pela escola. Essa atitudes, que ocorrem constantemente, não contribuem para o desenvolvimento da criança e gera uma angústia no corpo docente, por saber que o grau de confiabilidade não é mais o mesmo e que não é visto mais como o parceiro ideal. Devo ressaltar, que os pais também ficam inseguros por não saberem como agir e o que esperar da escola.

Ao escolher uma escola para os filhos estudarem, os pais precisam estar seguros de que aquela escola é a melhor opção, e de que tomaram a decisão mais correta. Isso é um ponto

fundamental para se estabelecer uma união entre família e escola, uma relação de confiança da família perante à escola. Mesmo assim, muitos pais ainda sentem medo, por causa de momentos de dúvidas e angústias, afinal, a experiência escolar é sempre marcante na vida das pessoas.

A partir do momento em que os pais demonstram a sua não confiança na escola, inconscientemente a criança percebe esta situação e aprende a não confiar também. As atitudes evidenciam os sentimentos interiores e sendo assim, os filhos percebem a insegurança dos pais .

Isso tudo não quer dizer que os pais devam acolher tudo que ocorre na escola. Existem situações em que não é só recomendável a participação dos pais, como de extrema importância que os pais atuem para evitar maiores danos aos seus filhos.

A escola é uma instituição de ensino e de formação – tal qual a família. Ao comparecer a uma entrevista ou reunião – mesmo quando considere que seu filho foi injustiçado – , não aja com agressividade, nem fique de “pé atrás”: somos parceiros e não oponentes. Tente solucionar os problemas com argumentos, não com ameaças, especialmente nunca diga: “vou tirar meu filho e colocar em outra escola.” Se tiver motivos que justifiquem essa decisão, se tentou tudo e nada adiantou e, se realmente está resolvida a fazê-lo, faça-o no momento que julgar oportuno. Mas, sobretudo, aja, não ameace. (ZAGURY, 2002, p.232).

. Participação dos Pais e Professores na Ação Educativa

Convém dizer que o contato que existe entre a família e o educador, é algo primordial e que se deve sempre fazer funcionar. Na fase inicial da criança na escola, esse contato acontece com mais frequência, em comparação com as outras fases do desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo. Muitas das vezes, esses contatos são informais, mas não quer dizer que não sejam importantes.

A relação entre família e professor concretiza-se no objetivo de compartilhar a ação educativa, em certos pontos mais específicos como: “ao conhecer a criança, ao estabelecer

critérios educativos comuns, ao oferecer modelos de intervenção e relação com as crianças e ao ajudar a conhecer a função educativa da escola”. (Bassedas; Huguet; Solé, 1996, p.285).

O conhecer a criança vem a ser um dos primeiros contatos que a escola tem com a família de determinada criança, afim de saber como é a criança. Mas para conhecer a criança é preciso haver outros contatos.

As informações sobre como a criança atua na escola é que vão permitir aos pais conhecerem atitudes diferentes que habitualmente seus filhos não mostram em casa. Assim tanto os pais como os professores, nessa relação, tomam conhecimento de novas dimensões de tal criança, deixando transparecer sua identidade, sem representações estáticas sobre a mesma.

Portanto, deve haver uma conhecimento mútuo e progressivo entre os membros relacionados, que possam fazer representações mais adequadas uns dos outros. Isso ajuda a compreender melhor cada contexto envolvido nessa relação.

O ato de compartilhar a ação educativa tem com conseqüência a maneira de estabelecer os critérios educativos comuns. Apesar de serem contextos que exercem relações diferentes, ao mesmo tempo estabelecem relações que prevalecem a transição da criança de um contexto a outro. Logo, deve-se manter um clima de respeito e valorização mútuos, para que escola e família alcancem, juntas, estratégias necessárias no desenvolvimento de um indivíduo. E isso requer, um contato freqüente entre família e escola.

Oferecer modelos de intervenção e de relação com as crianças tem como finalidade a abertura da escola para a presença dos pais. Pode-se constatar isso em vários momentos: no horário de entrada, de saída, nas festinhas coletivas, nas reuniões e até mesmo nas atuações planejadas e apresentadas pela equipe da escola. Oferece-se, assim, às famílias a oportunidade de incrementar sua intervenção com relação aos filhos. Devo ressaltar que são trabalhos em conjunto e que beneficiam ambas partes envolvidas.

Ao compartilhar a ação educativa, os pais têm que conhecer a função educativa da escola, que implica em a escola proporcionar-lhes compreensão, aceitação e a valorização das tarefas que esta exerce. Rompe-se, assim, com os estereótipos sociais, modificando representações não fundadas em relação à escola, Ajuda-se aos pais compreenderem melhor o trabalho que desenvolve, para que haja a devida confiança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compromisso de todos aqueles que estão envolvidos com e para educação é a base que formam um grupo de fatores capazes de influenciar positivamente, num novo olhar sobre a mesma.

A família e a escola e os membros que fazem parte dessas instituições, com o objetivo de formar indivíduos cidadãos que possam ter uma convivência produtiva, são os principais veículos de transmissão do saber como um todo.

Na maioria das vezes, na gestão escolar, a família foi esquecida nesse percurso e o seu papel ainda não está claramente compreendido e valorizado. Portanto, precisa-se manter um diálogo mais minucioso entre família e escola, que possibilite uma relação mais compartilhada.

O objetivo deste trabalho não foi somente descrever as funções da escola e da família, mas sim de dar contribuições aos educadores para que se desenvolva um conhecimento mais apurado em relação aos núcleos familiares e de suas relações interpessoais, para a elaboração de propostas que beneficiem o relacionamento entre família-escola. Isso requer uma colaboração mútua entre as partes.

A família deve caminhar em parceria com a escola, para criar condições que contribuam a um brilhante desenvolvimento, não só na escola como também na vida desse indivíduo em formação.

O difícil é reconhecer o outro, algo que exige aceitação, vencer preconceitos e abrir-se para novas maneiras de relações. E para que haja essa devida parceria, deve haver reconhecimento mútuo entre ambas partes. Assim, a escola deve percorrer uma perspectiva de um novo olhar para com essa nova estrutura familiar, que se apresenta atualmente.

Pensar nessa parceria, é conduzir a prática educativa em harmonia com a família em que o indivíduo está inserido, desenvolvendo um conhecimento mútuo e estratégias conjuntas para um eficaz crescimento e desenvolvimento de cada indivíduo.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981, 2.ed.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÈ, Isabel. *Aprender e Ensinar na Educação Infantil*. Tradução Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 1999.

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 1999, 13.ed. ver. e amp.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição de 1988*, Brasília, DF, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

DIAS, Maria Luiza. *Vivendo em família: relações de afeto e conflito*. São Paulo: Moderna, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola*. São Paulo: Cortez, 2003, 9.ed.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: GHIRALBELLI Jr., Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990.

PRADO, Danda. *O que é família?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

SALVADOR, César Coll. et al. (Org.). *Psicologia da Educação*. Tradução Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ZAGURY, Tania. *Escola sem conflito: parceria com os pais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.



UNI-RIO
Universidade do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : Rachel Ramos Pedro

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : Família e Escola :
uma relação possível.

ORIENTADOR : Professora Maria Elena Viana Souza

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador : **Professor convidado**

Professor: Maria Amélia de Souza Reis

Nota : 8,0 (oit) #

Considerações Finais:

O trabalho monográfico de Rachel Ramos Pedro tem relevância para o debate em torno das questões ligadas à Educação, uma vez que a família é parte integrante no entrelaçamento escola e prática educativa. Acredito que o trabalho de campo se tornasse essencial para a consecução de seus objetivos que seriam capazes de trazer comunicações importantes ao trabalho docente. Talvez, pelo a dizer, mereceria mais que uma pequena bibliografia para cumprir o principal objetivo apontado "que indagar que relações podem ser estabelecidas entre família e a escola". Pelo que li e sei, considero a nota 8,0 (oit) apropriada, sugerindo ampliações do tema e estudos futuros.

Segundo avaliador : Professor orientador

Professor : Maria Elena Viana Souza

Nota: 9,0 (nove) *ME*

Considerações Finais:

Apesar do tema merecer mais que uma pesquisa bibliográfica, acredito que a aluna obteve ganhos ao explorar o tema. Além disso, houve preocupação em responder às questões de estudo, tendo finalizado com um texto coerente e lógico com o que se propôs a estudar. Também sugiro ampliações do tema, através de estudos futuros.

Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II

Professor: Lígia Martha C. da Costa Coelho

Nota : 10,0

Considerações Finais:

A monografia contém os principais elementos à sua elaboração (ABNT)

[The remaining lines of the 'Considerações Finais' section are crossed out with a diagonal line.]

LMC

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
8,0	9,0	10,0	27,0	9,0

Rio de Janeiro, 01/10/2004

LMC